

JULIO CESAR DE SÁ DA ROCHA

# O que é sustentabilidade

2ª edição, revisada e ampliada.



# JULIO CESAR DE SÁ DA ROCHA

A finalidade da presente publicação é examinar noções iniciais sobre o tema Sustentabilidade, questão extremamente urgente sob diversos aspectos. Em geral, a sustentabilidade se refere à busca do equilíbrio ambiental com outras esferas, como a política, econômica e social. A noção de sustentabilidade tem origem em 1980, na World Conservation Union, organização internacional dedicada à conservação dos recursos naturais, fundada em 1948, com sede na cidade de Gland, na Suíça, sendo aprimorada pela Comissão Brundtland, criada em 1983 pela ONU e presidida pela médica Gro Harlem Brundtland (1987, Nosso Futuro Comum), que é especializado no atendimento das *"necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer às próprias necessidades"*. E adiante pontua:

*"Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e o futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas."*

Claro que hoje a noção de sustentabilidade não adere somente ao desenvolvimento, mas ganha autonomia e amplifica sua atuação não só na área do meio ambiente, mas como noção transversal, urgente e ética, diante da grave crise civilizacional que nos cerca. Uma prova disso é a relação entre o desequilíbrio ambiental e o surto de Coronavírus na pandemia da Covid-19, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Por sua vez, a sustentabilidade pode significar uma exigência no campo das ideias e das concepções políticas. É possível que a categoria Sustentabilidade responda ao momento atual como forma de leitura da realidade? É apropriado enquadrar distinções clássicas de esquerda e direita com a noção de sustentabilidade?

Vários documentos tratam da concepção de sustentabilidade, na Agenda 21, na Carta da Terra, e nos Princípios do ODS (Objetivos do Milênio). Apesar da sustentabilidade ser um termo recente, seu significado pode carregar concepções ancestrais. Assim, resgatamos fundamentos apresentados pelo bem viver, ubuntu, yang/ying e *vasudhaiva kutumbakam*, que podem oferecer pistas para a compreensão da completude significativa do que pode ser entendido pelo termo nos dias atuais.

ISBN 978-65-6006-032-6



9 786560 060326 >

# **O que é sustentabilidade**



**Prof. Dra. Adriana Goulart De Sena Orsini**  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Prof. Dr. Alexandre Miguel Cavaco Picanco Mestre**  
Universidade Autónoma de Lisboa, Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Escola Superior de Comunicação Social (Portugal), The Football Business Academy (Suíça)

**Prof. Dra. Amanda Flavio de Oliveira**  
Universidade de Brasília - UnB

**Prof. Dr. Carlos Raul Iparraguirre**  
Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad Nacional del Litoral (Argentina)

**Prof. Dr. César Mauricio Giraldo**  
Universidad de los Andes, ISDE, Universidad Pontificia Bolivariana UPB (Bolívia)

**Prof. Dr. Eduardo Goulart Pimenta**  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, e PUC - Minas

**Prof. Dr. Francisco Satiro**  
Faculdade de Direito da USP - Largo São Francisco

**Prof. Dr. Gustavo Lopes Pires de Souza**  
Universidad de Litoral (Argentina)

**Prof. Dr. Henrique Viana Pereira**  
PUC - Minas

**Prof. Dr. Javier Avilez Martínez**  
Universidad Anahuac, Universidad Tecnológica de México (UNITEC), Universidad Del Valle de México (UVM) (México)

**Prof. Dr. João Bosco Leopoldino da Fonseca**  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

**Prof. Dr. Julio Cesar de Sá da Rocha**  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

**Prof. Dr. Leonardo Gomes de Aquino**  
UniCEUB e UniEuro, Brasília, DF.

**Prof. Dr. Luciano Timm**  
Fundação Getúlio Vargas - FGVSP

**Prof. Dr. Mário Freud**  
Faculdade de direito Universidade Agostinho Neto (Angola)

**Prof. Dr. Marcelo Andrade Féres**  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Prof. Dr. Omar Jesús Galarreta Zegarra**  
Universidad Continental sede Huancayo, Universidad Sagrado Corazón (UNIFE), Universidad Cesar Vallejo. Lima Norte (Peru)

**Prof. Dr. Raphael Silva Rodrigues**  
Centro Universitário Unihorizontes e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Prof. Dra. Renata C. Vieira Maia**  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Prof. Dr. Rodolpho Barreto Sampaio Júnior**  
PUC - Minas e Faculdade Milton Campos

**Prof. Dr. Rodrigo Almeida Magalhães**  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, PUC - Minas

**Prof. Dr. Thiago Penido Martins**  
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG



**Direção editorial:** Luciana de Castro Bastos

**Diagramação e Capa:** Editora Expert

**Revisão:** Do Autor

**Designer logo Fundação Rede:** Mauricio Hirdes

A regra ortográfica usada foi prerrogativa do autor.



Todos os livros publicados pela Expert Editora Digital estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 BY-SA. <https://br.creativecommons.org/>  
"A prerrogativa da licença creative commons 4.0, referencias, bem como a obra, são de responsabilidade exclusiva do autor"

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

ROCHA, Julio Cesar de Sá da.

Titulo: O que é sustentabilidade - 2º edição revisada e ampliada - Belo Horizonte - Editora Expert - 2023

Autor: Júlio César de Sá da Rocha

ISBN: 978-65-6006-032-6

Modo de acesso: <https://experteditora.com.br>

1.Direito ambiental 2.Sustentabilidade 3.Meio ambiente

I. I. Titulo.

CDD: 341.347

**Pedidos dessa obra:**

**[experteditora.com.br](https://experteditora.com.br)  
[contato@editoraexpert.com.br](mailto:contato@editoraexpert.com.br)**





Este é o selo editorial da Fundação Rede Brasil Sustentável, que irá acompanhar as nossas publicações, livros e editoriais. A canoa simboliza a travessia e nossa jornada em busca do aprofundamento teórico e da qualificação do debate público.

### **Gestão TRIÊNIO 2021-2024**

Presidente da Fundação: Zé Gustavo

Diretor Administrativo-Financeiro: Tácius Fernandes

Diretor de Formação: Alan Dubner

Diretora de Estudos e Pesquisas: Marcela Moraes

Diretora de Comunicação e Tecnologia Social e Digital: Vanda Witoto



## **SOBRE O AUTOR**

### **Julio Cesar de Sá da Rocha**

Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e conselheiro da Fundação Rede Brasil Sustentável.

Bacharel em direito pela UFBA e em ciências sociais pela UFBA; Mestre e Doutor em direito pela PUC São Paulo; Pós-doutor em Antropologia pela UFBA.





# prefácio



A Sustentabilidade, para além de proteção ao meio ambiente, é um conceito transversal, em forma e conteúdo, de todas as dimensões de nossas vidas. É, de fato, amplo e audacioso o que acabo de escrever, mas é só a partir desse entendimento que poderemos construir ações concretas para mudar a rota em que nossa civilização foi colocada.

Com o intuito de trazer referências basilares do conceito de Sustentabilidade, a Fundação Rede Brasil Sustentável tem a alegria e a satisfação de editar a segunda edição do livro *O que é Sustentabilidade*, o qual passo a apresentar.

Este livro busca proporcionar uma exploração abrangente e profunda da Sustentabilidade, indo além do óbvio e adentrando em suas complexidades. Destina-se não apenas àqueles que buscam conhecimento introdutório, mas também a profissionais e lideranças que desejam uma compreensão sólida e aprofundada desse tema, crucial para a atuação cotidiana.

O texto, construído pelo professor Julio Rocha, que igualmente nos abrilhanta com sua participação no Conselho Curador da nossa organização, atravessa compreensões ancestrais do conceito de Sustentabilidade até chegar à sua prática, seja ela individual, coletiva, de governo ou empresarial. Apresenta também os principais documentos históricos da comunidade internacional sobre o tema,

assim como os grandes desafios que nossa civilização tem e terá de enfrentar.

O autor explora como a sustentabilidade interage com áreas que vão, desde a ecologia e a economia, até a ética e a governança. Além disso, examina a interseção da sustentabilidade com os desafios sociais e econômicos do nosso tempo, destacando a importância da equidade e da inclusão.

Em sensível abordagem, alinhada com o que a Fundação Rede Brasil Sustentável tem trabalhado, o texto apresenta a visão de sustentabilidade baseada em 7 dimensões, como sistematizado pela principal liderança política do campo socioambiental, Marina Silva. Nessa visão, Sustentabilidade é suportada pelas dimensões: econômica, social, política, ambiental, cultural, ética e estética. Ou seja, sustentabilidade é uma forma de ver e viver o mundo.

Este livro não pretende apenas transmitir informações, mas também inspirar ação. Abordam-se práticas, estudos de caso inspiradores e estratégias concretas para a implementação da sustentabilidade em todas as esferas da vida. Afinal, a sustentabilidade não é apenas uma ideia abstrata, é um chamado à ação que todos devemos atender.

Por curiosidade, necessidade ou intenção, seja um pouco de cada – ou ao menos uma delas, isoladamente –, te convidamos a mergulhar nessa exploração profunda e abrangente da sustentabilidade.

Ansiamos para que estas páginas sirvam como um farol de conhecimento e que traga motivação e inspiração para você se tornar um agente de mudança em nosso desafio coletivo em direção a um mundo mais sustentável; sobretudo neste ano, de 2023, em que passamos a retomar a esperança de um futuro mais justo e sustentável, com lideranças políticas potentes e com visão coletiva nos principais cargos de tomada de decisão do país. Este também é o ano em que vários eventos internacionais sobre o tema, como a Cúpula da Amazônia, as COPs e outros, serão fundamentais para determinar o futuro das próximas gerações.



A Fundação Rede Brasil Sustentável convida você a se aprofundar e ter papel ativo na construção cotidiana por um Brasil politicamente democrático, socialmente justo, economicamente próspero, ambientalmente preservado e culturalmente diverso.

Boa leitura!  
Zé Gustavo  
Diretor Presidente  
Fundação Rede Brasil Sustentável





*“Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem...”\**

A finalidade da presente publicação é examinar noções iniciais sobre o tema Sustentabilidade, questão extremamente urgente sob diversos aspectos. Em geral, a sustentabilidade se refere à busca do equilíbrio ambiental com outras esferas, como a política, econômica e social. A noção de sustentabilidade tem origem em 1980, na World Conservation Union, organização internacional dedicada à conservação dos recursos naturais, fundada em 1948, com sede na cidade de Gland, na Suíça, sendo aprimorada pela Comissão Brundtland, criada em 1983 pela ONU e presidida pela médica Gro Harlem Brundtland (1987, Nosso Futuro Comum), que é especializado no atendimento das “necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer às próprias necessidades”. E adiante pontua:

*“Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos,*



*o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e o futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.”<sup>1</sup>*

Claro que hoje a noção de sustentabilidade não adere somente ao desenvolvimento, mas ganha autonomia e amplifica sua atuação não só na área do meio ambiente, mas como noção transversal, urgente e ética, diante da grave crise civilizacional que nos cerca. Uma prova disso é a relação entre o desequilíbrio ambiental e o surto de Coronavírus na pandemia da Covid-19, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Por sua vez, a sustentabilidade pode significar uma exigência no campo das ideias e das concepções políticas. É possível que a categoria Sustentabilidade responda ao momento atual como forma de leitura da realidade? É apropriado enquadrar distinções clássicas de esquerda e direita com a noção de sustentabilidade?

Vários documentos tratam da concepção de sustentabilidade, na Agenda 21, na Carta da Terra, e nos Princípios do ODS (Objetivos do Milênio). Apesar da sustentabilidade ser um termo recente, seu significado pode carregar concepções ancestrais. Assim, resgatamos fundamentos apresentados pelo bem viver, ubuntu, yang/ying e *vasudhaiva kutumbakam*, que podem oferecer pistas para a compreensão da completude significativa do que pode ser entendido pelo termo nos dias atuais.is.

Salvador, 05 de outubro de 2023.

Julio Cesar de Sá da Rocha

## SUMÁRIO

Sobre o autor.....	7
--------------------	---

### Capítulo 1

1. Introdução: para compreender a sustentabilidade.....	19
1.1 Perguntas para debate. ....	25

### Capítulo 2

2. Fundamentos ancestrais e a sustentabilidade.....	29
2.1 Perguntas para debate. ....	36

### Capítulo 3

3. Sustentabilidade ambiental: documentos globais .....	39
3.1 Perguntas para debate .....	50

### Capítulo 4

4. Desafios atuais da sustentabilidade política .....	53
4.1 Perguntas para debate .....	58

### Capítulo 5

5. Experiências sustentáveis .....	61
5.1 Que experiências podem guiar práticas sustentáveis. ....	61
5.1.1 Programa Cidades Sustentáveis .....	61
5.1.2 Assentamento Terra Vista, Arataca, Bahia. ....	62

5.1.3 Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). .....	64
5.1.4 Comunidade Terra Mirim. ....	65
5.1.5 Articulação do Semiárido – Programa um milhão de cisternas. ....	66
5.1.6 Proteção da Pachamama: Bolívia e Equador. ....	68
5.1.7 Direitos dos animais e Sacralização. ....	69
5.2 Perguntas para debate .....	70

## **Capítulo 6**

6. Por fim: realizar sustentabilidade no cotidiano.....	73
6.1 Tarefa final: assumir a causa – projeto de sustentabilidade. ....	74
Referências .....	75
Notas e endereços eletrônicos .....	81

# Capítulo 7







## **1. INTRODUÇÃO: PARA COMPREENDER A SUSTENTABILIDADE**

O que podemos entender por sustentabilidade? Essa é uma pergunta básica e que orienta esta publicação. De fato, o termo nasce nas ciências ambientais, mas ganha novos contornos na atualidade. Outrossim, pode ser entendido como processo ou estado de manter em certo nível tão longo quanto possível.

Do ponto de vista ambiental, evitar a depleção dos recursos naturais em ordem de manter o equilíbrio ecológico. A noção de “sustentabilidade” surgiu em texto denominado *Blueprint for Survival* (Plano de Sobrevivência), em edição especial no jornal ambiental britânico *The Ecologist*, em janeiro de 1972, sendo considerado extremamente influente, pois chamou a atenção para a urgência e a magnitude dos problemas ambientais. A busca por tornar a civilização moderna “sustentável” inspirou a ONU na Conferência de Estocolmo no mesmo ano.

Aliás, foi após a Conferência de Estocolmo que a Assembleia Geral criou, em dezembro de 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que coordena a tarefa de monitoramento do meio ambiente global. Suas prioridades atuais são os aspectos ambientais de catástrofes e de conflitos, a gestão dos ecossistemas, a governança ambiental, as substâncias nocivas, a eficiência dos recursos e as mudanças climáticas.<sup>1</sup>

A líder ambientalista, historiadora, parlamentar e atual ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva pontua, com extrema precisão, a existência dos sete pilares da sustentabilidade: sustentabilidade econômica, sustentabilidade social, sustentabilidade cultural, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade ética, sustentabilidade política, sustentabilidade estética.

Marina Silva aponta os 7 pilares da sustentabilidade em palestra no EXAME Fórum, em São Paulo. Marina Silva afirmou que o mundo vive diversas crises ao mesmo tempo (NOGUEIRA, 2011).

Sustentabilidade econômica – *“Transformar as vantagens comparativas em vantagens competitivas. Precisamos ser capazes de transformar os recursos naturais e os bens e serviços que produzimos em melhoria da qualidade de vida das pessoas, em saúde, educação, entretenimento, vida digna e plena para as pessoas. Enfim, um mundo melhor de viver.”*

Sustentabilidade social – *“Equilibrar os princípios de equidade, buscando fazer com que a vida de todas as pessoas possa ser digna de ser vivida.”*

Sustentabilidade ambiental – *“Utilizar os recursos de tal forma que as necessidades de vida digna e plena possam ser satisfeitas sem comprometer a vida digna e plena daqueles que ainda não nasceram.”*

Sustentabilidade cultural – *“Se nós não formos capazes de ter um modelo de desenvolvimento que preserve a diversidade, temos um problema. Não há inovação na mesmice, só há inovação na diversidade. Sem ela, entramos em erosão cultural.”*

Sustentabilidade ética – *“Nós somos seres que nos importamos uns com os outros, com os que estão aqui e com os que virão no futuro. Isso se chama laço social ou aliança intergeracional. Isso não se resolve na técnica, isso se resolve na ética. Se eu não me importo com os que ainda vão nascer, eu vou destruir os recursos de milhares e milhares de anos pelo lucro de apenas algumas décadas. Isso é um fim da espécie humana.”*

Sustentabilidade política – *“Tem a ver com o que estamos fazendo aqui. As pessoas estão reunidas, debatendo, tentando criar uma maioria, um espaço de convergência para que todos nós possamos nos movimentar numa outra direção. Se os recursos naturais são finitos, nós temos que trabalhar no sentido de que cada vez se produza mais com um menor volume de recursos naturais. Não tem um salvador da pátria. Não será a A, não será a B, não será o C. Seremos nós, que temos que assumir isso como um valor. Nós geralmente queremos terceirizar os problemas. A gente gosta de se enganar. A gente quer que alguém prometa que vai resolver o problema da corrupção. Lamento, mas a corrupção não é um problema da X, do Y, do Z, do A, do B, nem do C.<sup>2</sup> A corrupção é um problema nosso. Isso é a sustentabilidade política. Enquanto a corrupção for um problema da X,*

*teremos corrupção. Quando virar um problema nosso, pode ter certeza de que haverá uma qualidade para as instituições brasileiras.”*

*Sustentabilidade estética – “Algumas coisas têm valor simbólico e não puramente econômico. O Pão de Açúcar (no Rio de Janeiro) pode não ter nenhuma liquidez, mas nenhum de nós vai deixar destruir o Pão de Açúcar para virar brita. Isso é sustentabilidade estética.”*

Por sua vez, JUAREZ FREITAS trata da noção multidimensional do termo (social, econômica, ambiental, ética e jurídico-política). Mencionou-se a sustentabilidade em várias oportunidades, resgatando-se aqui, na análise normativa, a diversidade do escopo, por exemplo, quer na adoção de padrões de produção e consumo, de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do município.<sup>3</sup> Também foi observado que o jovem tem direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo.<sup>4</sup> De outra forma, a segurança de uma barragem influi diretamente na sua sustentabilidade e no alcance de seus potenciais efeitos sociais e ambientais<sup>5</sup>, da sustentabilidade dos recursos pesqueiros<sup>6</sup> ou da sustentabilidade econômica das unidades de conservação.<sup>7</sup> Ademais, do papel das florestas e das demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença no país nos mercados nacional e internacional<sup>8</sup> e na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.<sup>9</sup>

Para a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), a sustentabilidade significa garantir os direitos e bem-estar humano sem exaurir ou diminuir a capacidade dos ecossistemas terrestres de sustentar vida ou à custa do bem-estar de outros.<sup>10</sup>

Para a agência ambiental EPA (Environmental Protection Agency), a sustentabilidade pode ser entendida como a requisito para “criar e manter condições sob as quais os seres humanos e a natureza possam existir em harmonia produtiva, que permitam cumprir as necessidades sociais, econômicas e outras das gerações presentes e futuras”.<sup>11</sup> No entendimento do Comitê de Sustentabilidade da UCLA

(Universidade da Califórnia), sustentabilidade é definida como: “o desenvolvimento físico e práticas institucionais que atendem às necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às próprias necessidades, particularmente no que diz respeito ao uso e desperdício de recursos naturais”.

Há quem entenda que a sustentabilidade “estimula” o princípio da precaução, afirmado pela União Europeia (UE), em 1990, em sua Declaração de Bergen sobre o Desenvolvimento Sustentável, que exige preservação ecológica em casos de incerteza científica, em que danos graves ou irreversíveis são ameaçados. O princípio da precaução indica que, em caso de dúvida ou incerteza científica, *in dubio pro ambiente*<sup>12</sup> e é consolidado na Conferência do Rio (ECO-92). Com efeito, cabe ressaltar a importância das conferências de Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992) e Joanesburgo (2002), para avanço da pauta ambiental e, por consequência, da discussão da sustentabilidade.

Cumpre apontar as conferências subsequentes Rio+5, Rio+10, Rio +20, Conferências de Partes (COPs) dos Tratados, Convenções, Protocolos e Acordos, dos demais mecanismos de monitoramento. Por exemplo, a última Conferência, Rio+20, estabeleceu como bandeira a economia verde através do Relatório Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, elaborado pelo PNUMA, conceitua economia verde como uma economia que resulta na melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica.

É necessário fazer o registro dos organismos da estrutura internacional ambiental, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sediado em Nairóbi, no Quênia, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS), com sede em Nova York, nos Estados Unidos, e da própria Corte Internacional de Justiça (CIJ), com sede em Haia, na Holanda, na construção de um sistema de garantias e monitoramento do estado ambiental, no mundo em articulação, com agências e organismos internacionais e outros que precisam fazer o diálogo com a questão ambiental. Com efeito, a

lista dos órgãos do Sistema ONU que possuem implicações no meio ambiente e no desenvolvimento sustentável inclui o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Marítima Internacional (OMI), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Acrescentamos aqui a importância significativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Aliás, as agências da ONU que tratam da temática da migração e refúgio – Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as migrações OIM – levam em conta as problemáticas ambientais e as questões climáticas, inclusive porque, somente em 2022, os desastres climáticos causaram quase 32 milhões de deslocamentos internos em todo o mundo, de acordo com um relatório do Centro Internacional de Monitoramento de Deslocamentos. Por exemplo, iniciativas verdes foram implementadas pela ACNUR e por parceiros na resposta emergencial no estado de Roraima, na fronteira com a Venezuela.<sup>13</sup> No site da OIM, articula-se a agenda de migração com os Objetivos do Milênio ODS.<sup>14</sup>

Aqui, no Brasil, não se pode deixar de fazer o registro dos efeitos das discussões internacionais e dos movimentos ambientalistas e socioambientalistas para assegurar a proteção ambiental e a sustentabilidade. Nesse sentido, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), criado a partir da Lei 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), estrutura o funcionamento do órgão central (Ministério do Meio Ambiente), dos órgãos executores – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), Serviço Florestal Brasileiro (SFA) e Agência Nacional de Águas (ANA)<sup>15</sup> –, órgãos colegiados – como o Conselho Nacional do Meio



Ambiente (CONAMA) – e, por último, órgãos seccionais (estaduais e distrital) e órgãos municipais, com suas respectivas estruturas de coordenação, execução e conselhos colegiados. O SISNAMA destina-se a garantir a proteção do meio ambiente para as presentes e as futuras gerações com sustentabilidade. Portanto, desestruturar o SISNAMA e realizar retrocessos no sistema legal ambiental comprometem a sustentabilidade ambiental.

Contudo, é necessário salientar que, se quisermos falar de sustentabilidade, devemos deixar claro que estamos considerando os pilares básicos que precisam ser tomados de forma mais ampla. Por exemplo, uma atividade potencialmente impactante, que ocasione tragédia de graves proporções, como o rompimento de uma barragem de rejeitos que atinja comunidades, ecossistemas, recursos hídricos, patrimônio cultural, terras indígenas e territórios quilombolas, pode comprometer variadas dimensões da sustentabilidade, inclusive econômica, social, cultural, ambiental, política, ética e estética. E, por que não, também de outra categoria que propomos: a sustentabilidade inter e intrageracional, que é aquela que diz respeito ao legado que gerações atuais e gerações futuras herdaram entre si na perspectiva da qualidade ambiental e de condições de vida com qualidade. Nesse sentido, essa dimensão de sustentabilidade retoma a sabedoria ancestral de responsabilidade coletiva e integrada, da herança recebida por quem veio antes de nós e o que vamos oferecer a quem virá nos suceder no planeta.

## **1.1 PERGUNTAS PARA DEBATE.**

Com base no conteúdo do capítulo, responda individualmente ou em grupo.

a) Quando surge o termo sustentabilidade e qual seu significado inicial?

b) Que dimensões podem ser explicitadas na sustentabilidade? Qual a última noção de sustentabilidade proposta pelo autor?

c) Como a temática da sustentabilidade pode ser observada em outras experiências internacionais?



# Capítulo 2





## 2. FUNDAMENTOS ANCESTRAIS E A SUSTENTABILIDADE

Quais os fundamentos da sustentabilidade? Para além da posição biológica sobre sustentabilidade, aqui se abordarão fundamentos ancestrais representados pelo bem-viver, o ubuntu, o yang e o ying e o *vasudhaiva kutumbakam*.

Começamos pelo bem-viver, que representa o modo de ser andino de base indígena. Entre as muitas contribuições sobre o tema aceitas pelos organizadores do pensamento, há reflexões da comunidade Sarayaku, na província de Pastaza, no Equador, onde se elaborou um “plano de vida” que sintetiza princípios fundamentais do “Bem Viver” (ACOSTA, p. 23.). Bem Viver, *Buen Vivir* ou *Vivir Bien* também pode ser interpretado como *sumak kawsay* (em quíchua), *suma qamaña* (em aimara) ou *nhandereko* (em guarani), e se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida.

Assim, a concepção assenta-se na noção de construção de plurinacionalidade e participação, exigência de outra economia, sustentada nos princípios de solidariedade e reciprocidade, responsabilidade, integralidade, sistema econômico sobre bases comunitárias, orientadas por princípios diferentes dos que propagam o capitalismo ou o socialismo; o padrão de consumo no “bem viver” deve olhar para um prazo longo de sustentabilidade e dentro dos limites ecológicos. Para José María Tortosa, citado por ACOSTA, “o Bem Viver [é] uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada em uma convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo”. Contudo, Acosta sustenta que “Por quase meio século, a boa vizinhança no planeta foi concebida à luz do ‘desenvolvimento’. Hoje, esse farol revela suas rachaduras. Começou a desmoronar. A ideia de desenvolvimento se ergue como uma ruína na paisagem intelectual” (ACOSTA, p. 43.). Com efeito, existe oposição entre bem-viver e a noção de desenvolvimento, pois afirma-se “a inutilidade de seguir correndo atrás do fantasma do desenvolvimento, emerge com força a busca de alternativas



ao desenvolvimento, ou seja, de formas de organizar a vida fora do desenvolvimento” (ACOSTA, p. 53.).

Ressalvam-se os esforços das discussões do desenvolvimento humano propostas por Amartya SEN e as reflexões que poderíamos incorporar o “desenvolvimento sustentável”. Nesse sentido, o conceito “*desatou debates, preparando o terreno para indicadores e mecanismos de medição da sustentabilidade: débil, forte e, ultimamente, superforte*”. Em suma, o Bem Viver, como soma de práticas de resistência ao colonialismo e às suas sequelas, é ainda um modo de vida em várias comunidades indígenas que não foram totalmente absorvidas pela modernidade capitalista ou que resolveram manter-se à margem dela. Com efeito, o Bem Viver recupera essa sabedoria ancestral, como indica em Pressenza.<sup>16</sup>



Figura 01: Bem viver. Fonte: Pressenza.

Por outro lado, a concepção ubuntu tem origem na África e propõe que “minha existência está conectada à do outro”, ou seja, a interdependência e conectividade sistêmica, respeito, solidariedade, empatia, cooperação para existir. Ubuntu é uma palavra que tem origem no idioma kimbundu (banto) e seu significado remete a “existências conectadas entre si”. O Ubuntu chama pelo coletivo, a busca pelo consenso e também pela conciliação. Para Manuel Cochole

Paulo GOMANE, o ubuntu é o fundamento da intersubjetivação na busca de valores africanos. A ética ubuntu sustenta-se a partir de uma perspectiva ética primeiramente particular [-umuntu] e depois comunitária [-Ubuntu]. Colocam-se, assim, duas vertentes interligadas entre si: consciência ética individual e consciência ética comunitária.

Com efeito, para M. B. Ramose, a ética ubuntu deve ter em conta a integração no respeito da dignidade e das particularidades de cada pessoa no grupo (GOMANE, p. 82.). Pode-se afirmar que as filosofias africanas e outras próximas, igualmente silenciadas, são primeiramente filosofias de libertação. Com efeito, segundo Severino NGOENHA, o ubuntu está intrinsecamente ligado a uma ideia de justiça social, é uma resposta à questão da alteridade e da relação com o outro, no sentido de alternativa aos paradigmas contextuais das correntes da filosofia africana [a *intersubjetivação*]. Portanto, o ubuntu demanda socialidade e a comunhão. Por outro lado, a Ética Ubuntu, neste sentido, antes de ser uma ética comunitária, é primeiramente singular ou pessoal, não obstante a pessoa tenha nascido dentro de uma comunidade, onde sofre os processos de interculturação (GOMANE, p. 84.).



Figura 02: ubuntu. Fonte: Espaço Ubuntu.17

Assim é a consciência ética individual. O ubuntu deve ser uma chamada de consciência individual, o ser comunitário não é a condição *sine qua non* do desligamento com as responsabilidades e deveres éticos particulares. A presença do umuntu é a condição da construção ética do ser ubuntiano: *Umuntu ngumuntu ngabantu* (“uma pessoa é uma pessoa por meio de outras pessoas”).

A consciência ética comunitária seria o palco da preservação e o exercício dos valores sociais, é nesse palco que a experiência das consciências individuais exercita aquela ética primeiramente pessoal, que debatida e, em comunidade, se tornaria uma ética social: a ética comunitária/social. Enfim, como se trata na filosofia ubuntu, “eu sou porque você é, nós somos porque vocês são” – experiência relacional de saber tradicional. Em suma, recompor a filosofia ubuntu como reflexão propõe a dimensão de comunidade, cordialidade e reconhecimento dos outros em contraposição ao “indivíduo-centrista” contemporâneo.

De outra forma, yin-yang é um princípio de filosofia chinesa de matriz milenar e origem no Tao, em que yin e yang são energias opostas. A filosofia chinesa é composta basicamente das energias negativa e positiva. As duas esferas dentro do símbolo expressam a ideia de que, toda vez que cada uma das forças atinge seu ponto extremo, manifesta-se dentro de si um sentimento oposto. Yin é o princípio passivo, feminino, noturno, escuro e frio. Ele está disposto do lado esquerdo da esfera, na cor preta. Yang é o princípio ativo, masculino, diurno, luminoso e quente. Está representado do lado direito da esfera, na cor branca.

No pensamento oriental, as duas forças, ou princípios, que são simultaneamente complementares e opostos, abrangem todos os aspectos e fenômenos da vida e são representados por um círculo dividido ao meio por uma linha contínua constituída de curva e contracurva. Cada ser, objeto ou pensamento possui um complemento do qual depende para a sua existência. Esse complemento existe dentro de si. Assim, se deduz que nada existe no estado puro: nem

na atividade absoluta, nem na passividade absoluta, mas sim em transformação contínua.

É importante registrar que o Tao é o caminho, a via; o método na maneira de proceder. É aquilo que tomamos emprestado para andar. Portanto, yin-yang constitui uma simetria rotacional que sugere um contínuo movimento cíclico – a concepção da realidade como *continuum*, os pares de opostos complementares que estruturam a vida do mundo e da sociedade (yin/yang, céu/terra, vazio/cheio), forma de pensamento não dualista em seu movimento giratório e espiralado (CHENG). E por que não dizer “a dimensão sustentabilidade”, como categorizamos atualmente?

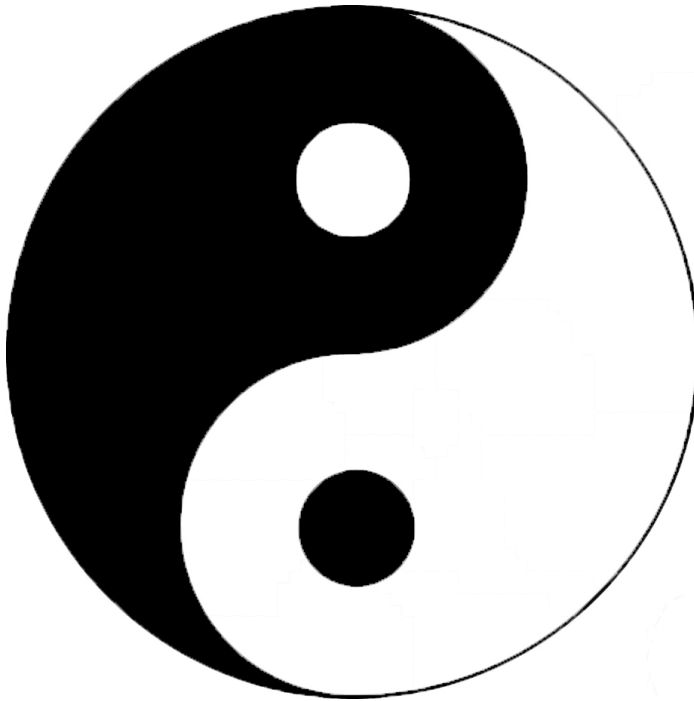


Figura 03, yin-yang.

Por fim, *Vasudhaiva Kutumbakam* é uma frase em sânscrito encontrada em textos hindus, como o *Maha Upanishad*, que significa “o mundo é uma família”. Com efeito, o termo se origina das escrituras

sagradas, indicando que as pessoas devem tratar cada um(a) no planeta com a própria forma, independente das fronteiras e barreiras artificiais. A expressão encontra-se no capítulo 6 do *Maha Upanishad*, sendo também encontrada no *Rig Veda*, podendo ser considerada o mais alto valor moral para a sociedade. Assim, indica:

*“O mundo é uma família. Um é parente, o outro estranho, diga a mente pequena. O mundo inteiro é uma família, viva o magnânimo. Seja desapegado, seja magnânimo, levante sua mente, aproveite o fruto da liberdade bramânica”.*

*Maha Upanishad*



Figura 04 *Vasudhaiva Kutumbakam*. Fonte: Resanskrit.

A expressão *Vasudhaiva Kutumbakam* e seu significado são utilizados até hoje na Índia contemporânea por líderes religiosos, ativistas culturais e políticos, está incluída no hall de entrada do Parlamento Indiano. Há quem considere que a expressão inspirou Mahatma Gandhi na defesa do desenvolvimento integral, do respeito a todas as formas de vida e a proposta de resolução não violenta de resolução de conflitos. Aliás, Gandhi pode ser considerado um dos maiores líderes pacifistas e sustentabilistas de todo o globo. Assim, registramos uma das suas frases mais marcantes:

*“A terra possui recursos suficientes para prover às necessidades de todos, mas não à avarícia de alguns”.*

Enfim, como formas de pensar milenares têm conexão com a sustentabilidade? – poderíamos questionar. Propõe-se aqui que as filosofias africana – ubuntu, indígena – andina do bem viver, chinesa – tradicional do yin/yang e a hindu – *Vasudhaiva Kutumbakam* apresentam alicerces ancestrais para elaborar um outro modo de vida que valoriza a totalidade e o ser e busca o equilíbrio e a integração do indivíduo e da coletividade, fornecendo caminhos interpretativos para entendimento amplo da sustentabilidade na circunstância dos tempos atuais.



## 2.1 PERGUNTAS PARA DEBATE.

Com base no conteúdo do capítulo, responda individualmente ou em grupo:

a) Que experiências tradicionais são listadas, quando e onde surgem?

b) Que pontos comuns podem ser observados nas experiências?

c) Como as experiências e filosofias africana – ubuntu, indígena – andina do bem viver, chinesa – tradicional do yin/yang e a hindu – *Vasudhaiva Kutumbakam* contribuem para pensarmos a sustentabilidade nos dias de hoje?

# Capítulo 3





### **3. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: DOCUMENTOS GLOBAIS**

Vamos iniciar o capítulo tratando de documentos estruturantes na discussão da sustentabilidade: na Carta da Terra, na Agenda 21 e nos Princípios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A entidade realizou, em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – mais conhecida como Rio-92 (ou ECO-92), como referência à cidade que a abrigou e também como “Cúpula da Terra”, por ter mediado acordos entre os chefes de Estado presentes. Assim, 179 países participantes da Rio-92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”.

É necessário pontuar que existe disputa conceitual sobre a compreensão do desenvolvimento sustentável, seu alcance e seus limites. Há quem entenda que é perfeitamente factível construir a possibilidade da sustentabilidade do desenvolvimento em cenário de uma economia verde; por outro lado, existe posição contrária, sustentando que impossível atingir sustentabilidade dentro do modo de produção e consumo capitalista, que usufrui de forma ilimitada dos recursos naturais e “coisifica” a natureza.

O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. A Agenda 21 pode ser definida como instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. O documento da Agenda 21 possui 40 capítulos, com ampla temática e abordagem, tratando das dimensões sociais e econômicas – cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento

e políticas internas correlatas; combate à pobreza; mudança dos padrões de consumo; dinâmica demográfica e de sustentabilidade; proteção e promoção das condições da saúde humana; promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões – e conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento (proteção da atmosfera; abordagem integrada do planejamento e do gerenciamento dos recursos terrestres.

Por sua vez, a Agenda 21 aborda: o combate ao desflorestamento; o manejo de ecossistemas frágeis: a luta contra a desertificação e a seca; o gerenciamento de ecossistemas frágeis: o desenvolvimento sustentável das montanhas; a promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável; a conservação da diversidade biológica; o manejo ambientalmente saudável da biotecnologia; a proteção de oceanos, de todos os tipos de mares – inclusive mares fechados e semifechados – e das zonas costeiras e de proteção; o uso racional e o desenvolvimento de seus recursos vivos; a proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos; a aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos; o manejo ecologicamente saudável de substâncias químicas tóxicas, incluindo a prevenção do tráfico internacional ilegal de produtos tóxicos e perigosos; o manejo ambientalmente saudável de resíduos perigosos; o manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e as questões relacionadas com esgotos e manejo seguro e ambientalmente saudável dos resíduos radioativos.

Por fim, a Agenda 21 objetiva o fortalecimento do papel dos grupos principais (ação mundial pela mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável equitativo; a infância e a juventude no desenvolvimento sustentável; reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades; fortalecimento do papel das organizações não-governamentais; parceiros para um desenvolvimento sustentável; iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21; fortalecimento do papel dos trabalhadores e de seus sindicatos; fortalecimento do papel do comércio e da indústria;

a comunidade científica e tecnológica e fortalecimento do papel dos agricultores) e meios de implementação (recursos e mecanismos de financiamento; transferência de tecnologia ambientalmente saudável, cooperação e fortalecimento institucional; a ciência para o desenvolvimento sustentável; promoção do ensino, da conscientização e do treinamento; mecanismos nacionais e cooperação internacional para fortalecimento institucional nos países em desenvolvimento; arranjos institucionais internacionais; instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais e informação para a tomada de decisões).<sup>18</sup>



Figura 05, Agenda 21.

Sobre a Carta da Terra, é necessário registrar que é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Objetiva inspirar todos os povos a interdependência global e responsabilidade compartilhada, voltada para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. A proposta começou como iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma ação global da sociedade civil. Em 1987, a Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento fez um chamado para a criação de uma nova carta

que estabelecesse os princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

A redação da Carta da Terra<sup>19</sup> fez parte dos assuntos não concluídos da Cúpula da Terra no Rio (ECO) em 1992. A Comissão da Carta da Terra foi formada em 1997 para supervisionar o projeto e estabeleceu-se a Secretaria da Carta da Terra no Conselho da Terra na Costa Rica. No começo de 1997, a Comissão da Carta da Terra formou um comitê redator internacional, que ajudou a conduzir o processo de consulta. A construção e o desenvolvimento do documento refletem o progresso de um diálogo mundial sobre a Carta da Terra. Começando com o “Esboço de Referência”, o qual foi editado pela Comissão após o Conferência Rio+5, no Rio de Janeiro, os esboços da Carta da Terra circulam internacionalmente como parte do processo de consulta. A versão final da Carta foi aprovada pela Comissão na reunião celebrada na sede da UNESCO, em Paris, em março de 2000.

A Carta da Terra é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no Século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. O documento procura inspirar em todos os povos um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da família humana e do mundo. A visão ética inclusiva do documento reconhece que a proteção ambiental, os direitos humanos, o desenvolvimento humano equitativo e a paz são interdependentes e inseparáveis. Isso fornece uma nova base de pensamento sobre esses temas e a forma de abordá-los. O resultado é um conceito novo e mais amplo sobre o que constitui uma comunidade sustentável e o próprio desenvolvimento sustentável. O apelo da Carta da Terra pode ser percebido nas suas primeiras linhas e em seus 16 princípios:

*“Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas.*

*Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a esse propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações”.*

Por sua vez, são princípios da Carta:

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade;
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor;
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas;
4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações;
5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação com a diversidade biológica e os processos naturais que sustentam a vida;
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução;
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário;
8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido;
9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental;



10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.



Figura 06, Carta da Terra. Fonte: Toda Matéria.

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, à assistência de saúde e às oportunidades econômicas;

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e das minorias;

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício

do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça;

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável;

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração;

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

Sobre os objetivos do Desenvolvimento Sustentável, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, mais de 150 líderes mundiais estiveram na sede da ONU, em Nova York, para adotar formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. A agenda é formada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser implementados por todos os países do mundo durante os 15 anos seguintes, até 2030. Compreende-se como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.<sup>20</sup>



Figura 07, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Fonte: ONU, 2015.

- **Objetivo 1** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- **Objetivo 2** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- **Objetivo 3** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- **Objetivo 4** Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- **Objetivo 5** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- **Objetivo 6** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- **Objetivo 7** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
- **Objetivo 8** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- **Objetivo 9** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- **Objetivo 10** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- **Objetivo 11** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- **Objetivo 12** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- **Objetivo 13** Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- **Objetivo 14** Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

- **Objetivo 15** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- **Objetivo 16** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- **Objetivo 17** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Figura 08, ODS objetivos.

Portanto, os documentos trazidos para análise no momento apresentam importantes contribuições para entendimento sobre a sustentabilidade e seus desafios permanentes.

A Agenda 21, a Carta da Terra e os Princípios do ODS oferecem contribuições para preencher o significado da sustentabilidade em suas diferentes dimensões. Claro que fazer referência às concepções

ecológicas é sempre importante, pois são diferentes os modelos da sustentabilidade, como as trazidas por ALIER: *o culto ao silvestre*, *o evangelho da ecoeficiência e justiça socioambiental (ecologia dos pobres)*.

Com efeito, a primeira corrente, culto ao silvestre, é a da defesa da natureza intocada, propõe a preservação e a manutenção do que resta dos espaços da natureza original, sendo respaldada cientificamente com a biologia da conservação. A principal proposta política dessa corrente consiste em manter reservas naturais e parques nacionais livres da interferência humana. O evangelho da ecoeficiência assenta na economia ambiental e tem pilares econômicos e tecnológicos. Assim, a ecologia é tida como uma ciência gerencial para diminuir a degradação causada pela industrialização, preocupa-se mais com a “modernização ecológica” e a boa utilização dos recursos, e não tanto com a perda dos atrativos da natureza ou dos seus valores intrínsecos. A última corrente, denominada ecologia social, ou ecologia dos pobres, é apoiada por sociólogos ambientais, agroecologia, ecologia urbana e economia ecológica e está crescendo em nível mundial pelos conflitos ecológicos distributivos, salienta que o crescimento econômico traz impactos no meio ambiente e nas comunidades que sofrem os efeitos adversos do modelo e que protestam e resistem na defesa dos territórios tradicionais.

Nesse contexto, surge o termo “racismo ambiental” em que determinadas comunidades são expostas desproporcionalmente a agentes poluentes, como contaminação do ar, chumbo, dejetos tóxicos e outros perigos ambientais, locais habitados por minorias raciais. Outras concepções podem ser refletidas, como mencionado por Arne NAESS, como a distinção entre *deep ecology* (ecologia profunda) e *shallow ecology* (ecologia rasa). Para Fritjof CAPRA, a ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida. A ecologia rasa é centralizada no ser humano, observa os seres humanos como situados fora da natureza, e atribui apenas seu valor meramente instrumental.

Por fim, o tema que tem crescido em importância no debate da sustentabilidade em todo o globo: combate ao racismo ambiental. O conceito formulado nos Estados Unidos por Benjamin CHAVIS, em estudo da Comissão pela Justiça Racial da United Church of Christ's, ao identificar que as regiões habitadas pela população negra eram comumente escolhidas para o depósito de resíduos tóxicos. O autor definiu a prática como: *“Racismo ambiental é discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis. É Discriminação racial no escolher deliberadamente comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É discriminação racial no sancionar oficialmente a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas nas comunidades de cor.”*

Importa pontuar que as formas de manifestação do racismo ambiental são diversas e variam de acordo com o contexto no qual se inserem, portanto, *“é preciso considerar, por exemplo, tanto as carências de saneamento ambiental no meio urbano quanto, no meio rural, a degradação das terras usadas para acolher os assentamentos de reforma agrária”* (HERCULANO).

Aliás, o autor foi uma das primeiras referências na discussão no Brasil sobre o conceito de racismo ambiental, após passagem como pesquisador visitante na Universidade Tulane, de Nova Orleans (EUA) (1998-2000), conceituando racismo ambiental como *“aplicação desproporcional da política ambiental baseado no critério étnico-racial, com comprometimento da igual condição de acesso a direitos ambientais de forma equânime”*. Enfim, tema necessário e na ordem do dia nas discussões da sustentabilidade.

### **3.1 PERGUNTAS PARA DEBATE.**

Com base no conteúdo do capítulo, responda individualmente ou em grupo:

- a) Que exemplos de sustentabilidade política foram apresentados?
- b) Quando surgem a Carta da Terra, a Agenda 21 e os Princípios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU?
- c) Como as experiências apresentadas podem servir para pensar os problemas locais que atingem sua comunidade, cidade ou região? É possível refletir sobre situação de racismo ambiental?

# Capítulo 4







#### 4. DESAFIOS ATUAIS DA SUSTENTABILIDADE POLÍTICA

Diante de tudo o que foi conversado até agora, como podemos tratar a temática da sustentabilidade política no momento atual? Primeiro, tratar a temática como transversal nas mais diversas esferas. Assim, substituí o lugar da adjetivação (por exemplo, desenvolvimento sustentável) para a de substantivação (sustentabilidade ambiental, sustentabilidade hídrica, sustentabilidade ética, sustentabilidade cultural, sustentabilidade política, sustentabilidade econômica, sustentabilidade estética e a nova proposta da sustentabilidade intrageracional e intergeracional). Com efeito, a questão que deve ser colocada é: qual o resultado desse fenômeno da mutação para tratar a sustentabilidade como conteúdo principal? Isso significa que, sendo o substantivo classe de palavras que nomeia seres, objetos, fenômenos, lugares, qualidades, ações, entre outros, diferentemente do adjetivo que expressa uma qualidade ou característica do ser e se “encaixa” diretamente ao lado de um substantivo. Por conseguinte, a categoria “sustentabilidade” possui autonomia e substantiva o cotidiano, inclusive a política.

Fazemos aqui comentário sobre a proposta de um cientista e que chega a outras áreas do conhecimento. Vamos indicar a criação da fita de Möbius, criada pelo matemático e astrônomo alemão August Ferdinand Möbius, em 1858, figura particular que representa a subida para baixo ou sair para dentro, espaço topológico obtido pela colagem das duas extremidades de uma fita, após efetuar meia volta em uma delas. Segundo Lygia CLARK, ela “*quebra os nossos hábitos espaciais: direita, esquerda, anverso e reverso etc. Ela nos faz viver a experiência de um tempo sem limite e de um espaço contínuo*” (in *Livro-Obra*, 1983, p. 151). Quando cortada ao meio, ela mantém sua unidade e amplia sua dimensão da circularidade, simbolizando a diversidade. A proposta da fita de Möbius é também o símbolo que propõe ser um partido de novo tipo, com discurso de transformação ou ruptura com as formas tradicionais de política.



Figura 09: fita de Möbius. Fonte: BBC News.

Com efeito, retornando para a política, a sustentabilidade possui centralidade nos documentos constitutivos de partidos políticos. Aqui, no Brasil, a Rede Sustentabilidade, partido que se propõe a novo tipo, na linha da concepção partido-movimento, foi criado em 2013 e institucionalizado (reconhecido formalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral) em 2015, utiliza a fita como seu símbolo e trata do termo Sustentabilidade em seus atos constitutivos (Manifesto, Estatuto e documentos partidários). Aliás, no seu Manifesto é explicitado<sup>21</sup>:

*“É significativo que as instituições políticas e os sucessivos governos, nas últimas décadas, não tenham absorvido e dado relevo ao papel crucial da sustentabilidade ambiental dentro do processo de desenvolvimento. A exploração dos recursos naturais segue sendo predatória, com baixa agregação de valor e uso intensivo de agrotóxicos. Esta é uma realidade que não diz apenas de questões ambientais. Ela aponta para um equívoco de visão cujas dimensões precisam ser melhor compreendidas”.*

Adiante, há quem diga que expressa “posição que indica sua importância na constituição do *ethos* do movimento”. Com efeito, o significante “rede”, escolhido como alternativa ao termo “partido”, agrega uma série de significados, aludindo a uma organização “aberta”, “não hierarquizada”<sup>22</sup>. No entanto, os sentidos de “sustentabilidade” são abertos. Há quem sustente que o partido usufrua “(...) *da vacuidade destes termos. É esta característica que permite que várias correntes discursivas identifiquem suas próprias cadeias de sentido com estes significantes, criando mesmo que aparentemente um consenso em relação ao movimento*” (PRATES).



Figura 10: Logo da Rede Sustentabilidade.

A própria Fundação Brasil Sustentável, do partido Rede Sustentabilidade, responsável por publicar o presente trabalho, tem refletido sobre a temática da sustentabilidade, a exemplo da realização dos seminários “18 Eixos Estratégicos para um Brasil Sustentável”. Os debates aconteceram em diferentes cidades brasileiras e foram convidadas personalidades de diferentes áreas temáticas, entre membros de universidades, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e de diversas instituições públicas nacionais.



Figura 11: Fundação Rede Brasil Sustentável.<sup>23</sup>

Na Espanha, o partido Podemos foi criado em 2014. Pode ser observado, na sua origem, o manifesto “*convertir la indignación en cambio político*”<sup>24</sup>, apresentado em 12 e 13 de janeiro de 2014 e difundido pela publicação digital *Público*. O Podemos afirma constituir-se em “*uma ferramenta a serviço da cidadania, que tem o objetivo do protagonismo popular e de recuperar o déficit democrático que estamos vivendo. E assim o temos demonstrado, criando uma estrutura aberta, viva e cambiante, isto é, democrática e cidadã, onde todo o mundo possa participar. Uma nova forma de fazer política é possível, ¡PODEMOS!*”.

Em programa proposto em 2016, o Podemos expressamente trata da sustentabilidade. Com efeito, na discussão do horizonte verde e novo modelo industrial para a Espanha, explicita como proposta “*impulsionar plano de inversões de infraestruturas ferroviárias com parâmetros de qualidade, sustentabilidade e justiça territorial*” (Meta 17) e “*promover a sustentabilidade das áreas de pesca*” (Meta 38). Por sua vez, nesse mesmo documento estabelece outras metas ambientais, como: proibição da mercantilização da água; impostos sobre benefícios para empresas que contaminam; mobilidade urbana inteligente, de qualidade e socialmente justa; atacar a contaminação do ar; frear o

avanço da desertificação; proteger rede de parques nacionais; garantir proteção de direito dos animais; e estabelecer estrutura política de transição ecológica.<sup>25</sup> Atualmente, o Podemos com outros partidos da frente Unidas Podemos, como Izquierda Unida e o PCE, estão no governo espanhol.



Figura 12: Podemos, Espanha.

Outrossim, cumpre ressaltar a experiência recente, no Brasil, das federações partidárias, inclusive na construção REDE/PSOL. Os partidos políticos criados no Brasil e devidamente registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) constituem, ao todo, 32 legendas; algumas delas construíram três federações como estrutura inovadora no sistema partidário brasileiro: Federação Brasil da Esperança (Fe Brasil), Federação PSDB Cidadania e Federação PSOL REDE. Segundo informações da própria Câmara dos Deputados, as federações têm natureza permanente (por período determinado, com melhor pontuação) e são formadas por partidos que têm afinidade programática e duram pelo menos os quatro anos do mandato. Se algum partido deixar a federação antes desse prazo, sofre punições, como a proibição de utilização dos recursos do Fundo Partidário pelo período remanescente. Com efeito, as federações devem ter abrangência nacional, o que também as diferenciam das coligações. Assim, federações são equiparadas a partidos políticos – elas podem, inclusive, celebrar coligações majoritárias com outros partidos políticos, mas não os partidos integrantes de forma isolada.

Em suma, a proposta da presente publicação é de construir e colmatar o sentido alcançável de sustentabilidade utilizável na política, oferecendo elementos para entendimento do seu limite e alcance do termo, que possa ser princípio aplicável na gestão, no mandato, na luta e na paz. A sustentabilidade determina, no dizer de Anthony GIDDENS, que precisamos lidar com os problemas ambientais em busca de soluções duradouras, não de alternativas de curto prazo. Que programas de governos locais, estaduais e nacionais possam enfatizar a temática da sustentabilidade com experiências criativas em benefício das coletividades, que melhorem a qualidade de vida, garantam direitos e promovam a felicidade.

#### **4.1 PERGUNTAS PARA DEBATE.**

Com base no conteúdo do capítulo, responda individualmente ou em grupo:

- a) Que conexões podem ser feitas entre o símbolo representado pela fita Möbius e a noção de sustentabilidade?
- b) Como a noção de sustentabilidade é incorporada na experiência da Rede Sustentabilidade como partido de novo tipo?
- c) Que reflexões podem ser feitas pela análise das discussões para contribuição acerca da sustentabilidade política? Pesquise na internet sobre sustentabilidade e os partidos políticos pelo mundo.

# Capítulo 5







## **5. EXPERIÊNCIAS SUSTENTÁVEIS**

### **5.1 QUE EXPERIÊNCIAS PODEM GUIAR PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS.**

A proposta aqui é apresentar possibilidades que orientem ações a serem seguidas e replicadas. São iniciativas que podem servir como exemplos para aplicação da sustentabilidade em diferentes estratégias. Trazemos as iniciativas: o Programa Cidades Sustentáveis, o Assentamento Terra Vista, a Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA, a Comunidade Terra Mirim, a Articulação do Semiárido – ASA (Programa um milhão de cisternas), o Direito dos Animais e a Sacralização.

#### **5.1.1 PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS.**

O Programa Cidades Sustentáveis destina-se a reunir dados relevantes sobre saúde, educação, cultura, mobilidade e meio ambiente de diversos municípios brasileiros – esse é o objetivo do site que disponibiliza indicadores ligados a essas áreas. Ao todo, 242 prefeituras participam do programa. A proposta nasce como iniciativa da Rede Nossa São Paulo e do Instituto Ethos, o plano de lançar o Cidades Sustentáveis começou durante a campanha eleitoral de 2012. Segundo o site do programa, estrutura-se em 12 eixos temáticos e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Programa Cidades Sustentáveis (PCS) oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã. As ferramentas do PCS incluem um conjunto de 260 indicadores relacionados às diversas áreas da administração pública, um painel de monitoramento para o Plano de Metas e um

software que permite a comparação de dados e informações entre as cidades.<sup>26</sup>

Informações atuais indicam que mais de 200 municípios são signatários do Programa Cidades Sustentáveis, de pequenos povoados, com pouco mais de 2 mil habitantes, a metrópole, onde vivem milhões de pessoas.



Figura 13: Programa Cidades Sustentáveis

### **5.1.2 ASSENTAMENTO TERRA VISTA, ARATACA, BAHIA.**

O Assentamento Terra Vista possui 913,6 hectares e 55 famílias assentadas atualmente e é referência em preservação ambiental, agroecologia e produção de mudas de espécies da Mata Atlântica. Em 1994, a partir da construção do acampamento, os primeiros passos de uma educação de qualidade no campo foram dados e, com a conquista da área, os processos de luta por uma educação de caráter emancipatório tiveram centralidade na comunidade. Foi com base nessa perspectiva que o Centro Integrado Florestan Fernandes e o Centro de Educação Profissional Milton Santos foram construídos para atender a famílias assentadas e acampadas da região, assim como aos moradores de comunidades rurais e urbanas localizadas nas proximidades. Resultante do processo de organização educacional

no assentamento, desde 2002 a agroecologia tornou-se a matriz produtiva do Terra Vista. Segundo informações disponibilizadas pela coordenação do Assentamento Terra Vista, diversas atividades vêm sendo desenvolvidas no local para fortalecer esse debate, como a Rede de Sementes, com objetivo de realizar trocas com outras áreas, indígenas, quilombolas e agricultores familiares. O assentamento restaurou a mata ciliar do rio Aliança, que banha a área, recuperou as nascentes e mantém a preservação de uma área de 313 hectares de Mata Atlântica.<sup>27</sup> O assentamento Terra Vista é uma das mais consistentes experiências agroecológicas brasileiras e atualmente produz o chocolate Terra Vista. Por sua vez, a partir de confluências de ativistas ambientais se organiza a Teia dos Povos.<sup>28</sup>



Figura 14: Assentamento Terra Vista.

Figura 15: Teia dos Povos.

### **5.1.3 COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA (CSA).**

A Comunidade Sustenta Agricultura é um caminho que proporciona mais sustentabilidade. De que forma se pode, nos dias atuais, apesar de uma economia de mercado globalizada, manter-se uma agricultura familiar e diversificada, uma agricultura que produz alimentos frescos e saudáveis e ao mesmo tempo protege e cuida da natureza e da cultura de suas paisagens? É um modelo de comercialização direta construída de forma comunitária. O princípio da agricultura apoiada pela comunidade é transmitido na “economia do CSA” em outras áreas de produção. Segundo as informações obtidas no local, “diferentes comunidades de CSA se unem como uma grande comunidade para, por exemplo, dar suporte a um produtor de café.

O CSA Brasil assume, nesse caso, o trabalho de integração da rede. No projeto “CSA-Saúde”, o CSA Brasil concentra-se, em colaboração com nutricionistas competentes, na composição equilibrada dos alimentos nas comunidades CSA. Para esse fim, são emitidos boletins mensais com informações sobre plantas há muito tempo esquecidas, receitas, hábitos alimentares e muito mais.<sup>29</sup>



Figura 16: CSA Brasil.

#### **5.1.4 COMUNIDADE TERRA MIRIM.**

A Fundação Terra Mirim (FTM-CL) surgiu em maio de 1992 como um Centro de Luz, em uma área rural remanescente da Mata Atlântica, no Vale do rio Itamboató, em Simões Filho, na Bahia. Até 1993, a FTM-CL constituiu-se como um local de realização de atividades, em que o grupo fundador e outras pessoas que foram se agregando atuavam como voluntários. Em dezembro de 1994, a FTM-CL foi instituída como Fundação. A comunidade que segue os passos dos ensinamentos do Xamanismo da Deusa Mãe, resgate da cultura espiritual milenar da América Nativa. O núcleo Ambiental da Fundação Terra Mirim é responsável por projetos e atividades relacionados ao Meio Ambiente, seja com a fauna, plantas, agricultores, ou até mesmo com a participação na implantação da política de segurança alimentar e nutricional (Simões Filho/BA).

Projetos e atividades desenvolvidos pelo núcleo Ambiental:

- Projeto Águas Puras I e II, financiado pelo FNMA (MMA);
- Projeto Direito Ambiental Comunitário;

- Projeto Ecologia Integrativa financiado;
- Projeto Coletivo Jovem e hortas escolares;
- Curso Guias da Mata Atlântica;
- Curso Recuperação de áreas degradadas;
- Projeto Incubadora Ecosolidária.

Com efeito, a Terra Mirim desenvolve ações ambientais significativas, principalmente de educação ambiental, diálogos com as comunidades tradicionais de seu entorno, medidas de recuperação e proteção da biodiversidade e da Mata Atlântica. Nesse sentido, é importante registrar que a Fundação é posto avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Programa da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). Enfim, a Terra Mirim tem destacada atuação como ponto de cultura premiado, possui escola ecológica reconhecida internacionalmente, recuperou rios e nascentes, plantou mais de 15.000 árvores, treinou lideranças políticas, resgatou e criou áreas de conservação, revitalizou florestas e rios (Vale do rio Itamboátá).<sup>30</sup>

### **5.1.5 ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO – PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS.**

A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de 3.000 organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip.<sup>31</sup> A rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido, defendendo os direitos dos povos e comunidades do Nordeste. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos dez Estados que compõem o Semiárido (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). Com efeito:

*“A ASA começou a defender a proposta de convivência com o Semiárido pela defesa do direito à água. Alimento necessário à vida e insumo para a produção de outros alimentos, a água tornou-se um elemento aglutinador de forças para essa rede que se formava no Semiárido. Assim, a ASA desenvolveu o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que hoje abriga todas as ações executadas pela rede, como os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC), Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido”.*<sup>32</sup>

As atividades da rede estão pautadas na cultura do estoque de água, alimentos, sementes, animais e todos os elementos necessários à vida regional. Daí que tecnologias de captação e armazenamento de água para consumo humano nas casas e de escolas rurais e para produção de alimentos têm uma importância. Além do estoque de água, o estoque de sementes também se coloca como estratégia para as comunidades do Semiárido.

Enfim, em 1999, paralelamente à 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da ONU, realizada em Recife-PE, as organizações lançaram a Declaração do Semiárido Brasileiro. O documento aponta medidas estruturantes para o desenvolvimento sustentável da região, com medidas políticas e práticas de convivência com o Semiárido e, nesse contexto, propõe a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas no Semiárido brasileiro. O programa afirma estar fundamentado em duas premissas: conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido e a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção. Enfim, com o Programa Um Milhão de Cisternas, a ASA possibilitou que famílias nordestinas armazenassem água de chuva em suas casas para consumo humano e animal.





Figura 17: ASA.

### 5.1.6 PROTEÇÃO DA PACHAMAMA: BOLÍVIA E EQUADOR.

As discussões que envolvem a proteção andina da Pachamama (Mãe-Terra), que foi positivada no Equador, em 2008, pela primeira vez no mundo, para além da espécie humana, sendo a natureza como titular de direitos, merece registro como experiência sustentável. De acordo com o art. 71, da Constituição do Equador: *“La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos”*. Enuncia-se aos direitos da natureza. Na Bolívia, também, a Lei da Madre Tierra, que igualmente incorpora direitos à natureza e define: *“La Madre Tierra es el sistema viviente dinámico conformado por la comunidad indivisible de todos los sistemas de vida y los seres vivos, interrelacionados,*

*interdependientes y complementarios, que comparten un destino común*". São evidentemente concepções de ecologia não antropocêntrica.

Enfim, estabelece-se, no dizer de Natalie Coelho LESSA e de Julio Cesar de Sá da ROCHA, "*virada decolonial através do reconhecimento da natureza como sujeito de direito, inaugura um constitucionalismo voltado para valores ecológicos e coloca a Pachamama como base para sustentar todos os outros direitos pessoais e sociais*". De fato, as concepções da cosmovisão andina sobre a natureza, anteriormente silenciadas e invisibilizadas, passam a orientar uma ecologia jurídica.

### **5.1.7 DIREITOS DOS ANIMAIS E SACRALIZAÇÃO.**

Por fim, aqui cabe pontuar sobre os movimentos ambientalistas de direito dos animais em explicitar a aflição e sofrimento de seres não-humanos, com relatos de maus tratos ou abuso de animais. Por exemplo, merece reflexões sobre o *modus operandi* da indústria de criação e abate de aves, suínos, caprinos e bovinos, entre outras, bem como o modelo de produção animal e os problemas relacionados ao descarte e manejo de dejetos.

Há quem entenda, como Heron José de Santana Gordilho<sup>33</sup>, que animais devem ser protegidos pelo Estado contra a crueldade humana, e alguns animais devem ter sua personalidade jurídica reconhecida, e ele ainda salienta que hoje há, no mundo, uma "*exploração institucionalizada dos animais*", que, segundo ele, "*é antieconômica, desnecessária, imoral, ambientalmente prejudicial e danosa à saúde*". "*Garantir os direitos dos animais antes de ser uma questão jurídica, é uma questão moral.*"<sup>34</sup> Outro ponto relevante a explicitar é a articulação de partidos da causa animal (A Rede Sustentabilidade se organiza em elos temáticos, inclusive o elo animal).

## **5.2 PERGUNTAS PARA DEBATE**

Com base no conteúdo do capítulo, responda individualmente ou em grupo:

- a) Que experiências de sustentabilidade foram apresentadas?
- b) Qual a origem e o objeto das práticas propostas?
- c) Como fazer das experiências exemplos concretos sobre a sustentabilidade local?

# Capítulo 6





## 6. POR FIM: REALIZAR SUSTENTABILIDADE NO COTIDIANO.

De tudo o que foi observado sobre sustentabilidade, esperamos que esta publicação tenha lhe possibilitado compreender suas diferentes facetas. A sustentabilidade pode encontrar seus fundamentos no pensamento milenar, como observado em diversas formas de compreensão da relação da alteridade, do senso de responsabilidade e do papel de cidadão de cada pessoa. Em outro momento, Diego Braga LOURENÇO e Fábio Corrêa Souza de OLIVEIRA disseram algo que merece reflexão:

*“Há como uma mágica quando a sustentabilidade entra no debate. Como ser (ou virar) sustentável? Simples. Basta deitar as pilhas em lixeiras com dizeres específicos, fechar a torneira enquanto escova os dentes, fazer uma aplicação financeira em um fundo verde, recolher as fezes do seu cão, aderir a um abaixo assinado pela internet contra o desmatamento da Amazônia ou a favor do fim da caça às baleias, desligar a luz de um cômodo vazio, para ser (ou virar) sustentável. Pronto. Resolvido. Consciência aplacada. E, se mais não faz, é porque não é possível. A serenidade de quem faz o que pode, o máximo que pode. Então, se cada um fizesse a sua parte”.*

Por sua vez, a sustentabilidade explicita categorias analíticas e princípios para a prática política, da gestão pública e privada, convivência em sociedade para sua realização concreta do bem viver. Que na implementação das ações cotidianas possamos fazer da sustentabilidade instrumento para processos decisórios sensíveis em prol da coletividade, do bem comum, da proteção ecossistêmica e das comunidades. Faça sua parte, dê sua contribuição no diálogo comunitário, no trabalho, na escola, nas ações políticas. Após a leitura desta publicação, estamos propondo a seguinte tarefa para você, leitor(a).

## **6.1 TAREFA FINAL: ASSUMIR A CAUSA – PROJETO DE SUSTENTABILIDADE.**

1) Reúna um grupo de pessoas em seu bairro, comunidade, trabalho, escola ou universidade.

2) Liste possibilidades em aplicar práticas sustentáveis que possam, por exemplo, reduzir impactos ambientais, melhorar a qualidade de vida, evitar desperdícios ou proteger ecossistemas, implantação de horta comunitária, uso de água de forma consciente, separação e destinação do lixo com reciclagem, incentivo ao consumo consciente e à economia solidária, apoio a projetos agroecológicos, valorização de iniciativas dos povos e comunidades tradicionais.

3) Elabore um projeto com prazo de execução definido, prevendo diálogo prévio com beneficiários(as) e apoiadores(as). Procure motivar o grupo em defesa da causa, afirmando a sustentabilidade como princípio ético e prática política.

4) Comece a execução, avalie regularmente sua implementação com os(as) parceiros(as) e divulgue nas redes sociais: Instagram, Facebook, Youtube, Twitter.

Bom trabalho!

# Referências







ACOSTA, A. *O bem-viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2019.

----- . Ibid, p. 23.

----- . Ibid, p. 43.

----- . Ibid, p. 53.

ACSERALD, H. *De “bota foras” e “zonas de sacrifício”*: um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. *Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 7-18.

ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

----- . *Declaração do Semi-árido*. Propostas da Articulação no Semiárido brasileiro para a convivência com o Semiárido e combate à desertificação. Recife, 26/nov/1999.

NAESS, A. *The Shallow and the Deep, Long-Range Ecology Movement*. A Summary. *Inquiry*, 16, 95-100, 1972.

CAPRA, F. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1997.

CHAVIS, B. 1993, p.3 apud ROCHA, 2001.

CLARK, Lygia. *Livro-obra*. 1983. Disponível em: <<http://site-v4.32bits.com.br/portfolio/livro-obra-lygiaclark/>>. Acesso em: 28/maio/2023.

CHENG, A. *História do pensamento chinês*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 38.

FREITAS, J. *Sustentabilidade: novo prisma hermenêutico*. Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica, Vol. 24, n. 3, p.940-963. set-dez/2018.

GIDDENS, A. *A política da mudança climática*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GOMANE, M. C. P. *Ética e Filosofia Ubuntu: da problemática da concepção ao debate epistemológico*. Revista Reflexões, Fortaleza, ano 8, nº 15, jul/dez/2019.

----- Ibid, p. 82.

----- Ibid, p. 82.

----- Ibid, p. 84.

LESSA, N. C.; ROCHA, Julio Cesar de Sá da. *Reflexões sobre a juridicidade e Pachamama*. In: ROCHA, Julio Cesar de Sá da; GORDILHO, H. (org.) *Direito da terra, meio ambiente e ecologia humana: homenagem post mortem a José Luís Serrano*. Salvador: EDUFBA, 2018.

LOURENÇO, D. B.; OLIVEIRA, F. C. S. de. *Sustentabilidade, economia verde, direito dos animais e ecologia profunda: algumas considerações*. Revista Brasileira de Direito Animal, Ano 7, v.10, p. 191. Jan. – Jun. 2012.

NGOENHA, S.

NOGUEIRA, L. A. *Marina Silva aponta os 7 pilares da sustentabilidade*. Exame. São Paulo, 31 out. 2011. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/marina-silvaaponta-os-7-pilares-da-sustentabilidade/>>. Acesso em: 28/maio/2023.

ORO, A. P.; CARVALHO, E. T. de; SCURO, J. *O Sacrifício de Animais nas Religiões Afro-brasileiras: uma polêmica recorrente no Rio*

Grande do Sul. Artigos do Fluxo, Relig. Soc., Rio de Janeiro, v.37, n.2. Dez/2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n-2cap09>> Acesso em 7/8/2023.

PRATES, V.; PEREIRA, H. P. *Dissensos sobre o ethos discursivo da Rede*. Sustentabilidade: a “nova política” no Facebook. Revista Pará-grafo, v. 1, n. 3, p. 176, jan./jun./2015.

----- . Ibid., p. 177.

PNUMA. *Surto de Coronavírus é reflexo da degradação ambiental*, afirma PNUMA. Disponível em: <<https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/surto-de-coronavirus-e-reflexo-da-degradacao-ambiental-afirma>> Acesso em: 27 maio 2023.

ROCHA, J. C. de Sá da; GORDILHO, H. *Direito da terra, meio ambiente e ecologia humana: homenagem post mortem* a José Luís Serrano. Salvador: EDUFBA, 2018.

ROCHA, J. C. de Sá da. *Direito ambiental do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ROCHA, J. C. de Sá da. *Direitos, grupos étnicos e etnicidade*. In *Direito ambiental, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais* (Julio Cesar de Sá da Rocha e Ordep Serra, org.). Salvador: EDUFBA, 2015.

SEM, A. É um economista indiano, Prêmio Nobel de Economia em 1998 por sua contribuição às teorias da escolha social e do bem-estar social. É professor na Universidade Harvard, nos EUA, e foi um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ademais, tem atuação no combate à pobreza com soluções concretas e estratégias complexas em obras traduzidas para mais de 30 idiomas.

SILVA, R. D. *Garantir os direitos dos animais é uma questão moral antes de ser jurídica*. Disponível em: <<https://www.conjur.com>.

br/2017-jan07/entrevista-heron-gordilho-promotor-mp-ba>. Acesso em: 30/maio/2023.

## NOTAS E ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

1. A ONU e o meio ambiente. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> Acesso em: 27 jun. 2023.

2. Substituímos os nomes de pessoas indicadas na matéria para possibilitar perspectiva atemporal da categoria proposta por Marina Silva.

3. BRASIL. Lei 10.257/2001. Estatuto da Cidade. Brasília, DF, 2001. Disponível em: [http://www.imprensanacional.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI%209887](http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 12 jun. 2023.

4. BRASIL. Lei 12.852/2013. Estatuto da Juventude. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [http://www.imprensanacional.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI%209887](http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 12 jun. 2023.

5. BRASIL. Lei 12.334/2010. Lei de Política Nacional de Segurança de Barragens. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.imprensanacional.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI%209887](http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 12 jun. 2023.

6. BRASIL. Lei de Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca (Lei 11.959/2009). Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://www.imprensanacional.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI%209887](http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 12 jun. 2023.

7. BRASIL. Lei 9985/2000. Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, DF, 2000. Disponível em: [http://www.imprensanacional.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI%209887](http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 12 jun. 2023.

8. BRASIL. Lei 12.651/2012. Código Florestal. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [http://www.imprensanacional.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI%209887](http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 12 jun. 2023.

9. BRASIL. Lei 11.947/2009. Lei da Alimentação Escolar. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://www.impresnacional.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI %209887](http://www.impresnacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 12 jun. 2023.

10. FAO, Caminhos da Sustentabilidade, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/nr/sustainability/home/en/>> Acesso em jun. 2020.

11. What is Sustainability? Disponível em: <<https://www.sustain.ucla.edu/what-is-sustainability/>> Acesso em: 10 jun. 2023.

12. Também conhecido como o “*in dubio pro ambiente*”, o princípio *in dubio pro natura* busca a máxima efetividade do meio ambiente como direito fundamental a ser tutelado ainda que haja dúvida razoável quanto ao caso concreto. Em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2019/In-dubio-pro-natura-mais-protetcao-judicial-ao-meio-ambiente.aspx>

13. Dia Mundial do Meio Ambiente: Iniciativas verdes apoiam proteção de pessoas refugiadas no Brasil – UNHCR ACNUR Brasil Acesso em: 6 jun.2023.

14. <<https://www.iom.int/migration-sustainable-development-and-2030-agenda>> Acesso em:

15. O Governo Federal retirou, em 2019, a Agência Nacional de Águas (Autarquia Federal) de seu vínculo com o Ministério do Meio Ambiente- MMA), impondo vinculação ao Ministério do Desenvolvimento Regional. As funções da ANA estão contidas na Lei, inclusive a garantia da sustentabilidade hídrica e sua relação com as políticas ambientais. A estratégia do governo federal não retira o compromisso substancial da Agência. A nova regulação – que ficou conhecida como MP 462 – altera a Lei 9.984/2000 e estabelece novas atribuições da ANA, que passa a regular e a fiscalizar a prestação dos serviços públicos de irrigação quando envolverem corpos d’água de domínio da União em regime de concessão. Caberá à Agência disciplinar, em

caráter normativo, a prestação desses serviços; fixar padrões de eficiência; estabelecer tarifas, quando cabíveis, e responder pela gestão e auditoria dos contratos de concessão de irrigação.

Em 2022, após eleição presidencial, a ANA retorna ao SISNAMA e a vinculação ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Com efeito, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Recursos Hídricos são retomadas pelo Ministério. Cabe registrar do veto presidencial a proposta legislativa por Medida Provisória que defendia a transferência da Política Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

16. Disponível em: <https://www.pressenza.com/pt-pt/2018/09/bem-viver-modelo-de-vida-alternativo-frente-ao-sistema-capitalista/> Acesso em: 10 jun. 2023.

17. Disponível em: <https://eep.hc.fm.usp.br/ubuntu/filosofia> Acesso: 10 jun. 2023.

18. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidadesocioambiental/agenda-21/agenda-21-global>

19. TJPR. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/web/gestaoambiental/cartadaterra>.

20. ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/> Acesso em: 10 jun 2023.

21. REDE SUSTENTABILIDADE. Manifesto. Disponível em: <http://rede18rj.org.br/manifesto/>. Acesso em: 27 maio 2023.

22. Dissensos sobre o *ethos* discursivo da Rede Sustentabilidade: a “nova política” no Facebook. PRATES, Vinicius; PEREIRA, Heloisa Prates. Revista Parágrafo, v. 1, n. 3, p. 176, jan./jun. 2015.



23. Fonte: <<https://www.facebook.com/FunRedeBrasilSust>>.

24. Disponível em: <<http://tratarde.org/wp-content/uploads/2014/01/Manifiesto-Mover-Ficha-enero-de-2014.pdf>> Acesso em 7/8/23.

25. Disponível em: <<https://podemos.info/bloque/horizonte-verde-nuevo-modelo-industrial/>> Acesso: 12/jun./2023.

26. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/inicial/home>> Acesso: 12/jun./ 2023.

27. Notícias do Assentamento Terra Vista. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/10/24/a-luta-pela-educacao-no-assentamento-terra-vista/>>. Acesso em 17 jun. 2023.

28. Teia dos Povos, disponível em: < <https://teiadospovos.org/> > Acesso em: 7/8/2023.

29. CSA Brasil. Disponível em: <<http://www.csabrasil.org/csa/>>. Acesso: 11 jun. 2023.

30. Disponível em: <<https://www.terramirim.org.br/floresta-terra-mirim/>> Acesso: 12 jun. 2023.

31. Oscip é uma sigla que representa a expressão Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. São entidades sociais sem finalidade lucrativa e de natureza privada – como com a finalidade, única e exclusiva, de celebrar Termo de Parceria com o Poder Público, desde que constituída no Brasil e se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, 3 anos, conforme objetivos sociais e normas estatutárias que atendam aos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790/99 e Decreto nº 3.100/99.

32. Articulação do Semiárido (ASA), disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acesso em 19 jun. 2023.

33. Heron Gordilho ficou conhecido internacionalmente ao impetrar *Habeas Corpus* na Justiça para que a chimpanzé Suíça, morta em 2005, fosse transferida do zoológico de Salvador para Sorocaba, no interior de São Paulo. “Foi a primeira vez na história da humanidade que um animal foi reconhecido como sujeito de direitos”, diz o promotor, ressaltando que o caso virou um precedente relevante e já foi usado na Argentina e nos Estados Unidos. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2017-jan-07/entrevistaheron-gordilho-promotor-mp-ba> Acesso: 10 jun. 2023.

34. Contudo, convém demarcar a discussão da demanda por respeito à sacralização animal das religiões de matriz africana, como o candomblé, que envolve tradições milenares. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, no recurso extraordinário 494601, movido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, julgou legítimo e constitucional o direito fundamental à sacralização, assegurando aos povos de santo a liberdade de manifestar sua cultura. Assim sendo, Ari Pedro Oro, Erico Tavares de Carvalho e Juan Scuro. *O Sacrifício de Animais nas Religiões Afro Brasileiras: uma polêmica recorrente no Rio Grande do Sul*. Relig. soc. vol. 37 no. 2, Rio de Janeiro maio/ago. 2017. Por fim, aponta-se relato que responde à situação: “*nós não sacrificamos animais, nós sacralizamos, ou seja, nós santificamos a vida deste animal que é usada para a energização dos nossos rituais e a confraternização do nosso povo-de-santo (...)*”. De fato, o tema é sensível e merece constante e continuada reflexão na atualidade.